

Ano XX nº 5688 – 07 novembro de 2017

Presidente do TST defende corte de direitos e CUT reage

Ao defender corte de direitos como medida para manter empregos, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, fala em nome próprio, sem representar o pensamento da magistratura, disse a vice-presidenta da Anamatra (associação dos magistrados do Trabalho), Noemia Porto.

Durante audiência pública no Senado, realizada na segunda-feira 06/11, ela comentou a entrevista de Gandra publicada pelo jornal Folha de S. Paulo. Segundo Noemia, a entrevista por conter a interpretação do ministro, “fala em seu nome e não em nome da Justiça do Trabalho”, formada por quase 4 mil magistrados. Essas declarações mostram, mais uma vez, que há discordâncias no Judiciário em relação à chamada “reforma” trabalhista, imposta pela Lei 13.467, que entrará em vigor a partir de sábado 11/11.

Desde a sua posse na presidência, Ives Gandra mostrou-se defensor da flexibilização e, em certa medida, crítico da própria Justiça do Trabalho, que teria um papel excessivamente “protecionista”, conforme também afirmou mais de uma vez. Em audiência no Senado, chegou a sugerir que trabalhadores podem se mutilar para conseguir indenizações trabalhistas.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, reagiu às afirmações de Gandra, dizendo que o que Temer fez com a reforma foi “legalizar o bico”.

A CUT, junto aos sindicatos filiados e outras entidades representativas dos trabalhadores em todo o país, organizou uma campanha de Iniciativa Popular pela Anulação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467), onde serão necessárias 1,3 milhão de assinaturas em apoio a anulação ao projeto.

Bradesco condenado por exploração

O Bradesco foi condenado pela Terceira Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), por submeter uma ex-gerente a condições de trabalho insalubres e que, por consequência, agravaram o quadro de depressão da funcionária. Cobranças por metas excessivas eram feitas em público e de maneira depreciativa. A indenização foi sentenciada em R\$ 50 mil.

O relator do recurso no TST, o ministro Maurício Godinho Delgado, confirmou o assédio moral em função das explorações e das condutas abusivas da empresa em relação à empregada.

A funcionária foi demitida por justa causa, por não conseguir exercer a função, após a saída de um gerente da equipe. O banco não atendeu ao pedido feito para a reposição, portanto, em função das condições de trabalho a que foi submetida, o quadro de depressão foi potencializado.

Santander paga salário e benefício no dia 17

O Santander informou que vai creditar, no próximo dia 17, os valores referentes ao salário de novembro, ao 13º salário e à 13ª cesta alimentação.

Os funcionários recebem normalmente no dia 20 de todos os meses. A antecipação ocorre em função do Dia da Consciência negra, feriado em algumas cidades do país.



MP de complemento da reforma sai dia 11

A Medida Provisória, complemento à Lei 13.467, da reforma trabalhista, deve ser editada no próximo dia 11/11, mesma data em que a legislação entra em vigor. Pelo menos é o que disse o senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo na Casa.

O texto da reforma trabalhista chegou ao Senado como o PLC 38, após passar pela Câmara Federal em abril, através do PL 6.787. Houve muita rejeição por parte dos trabalhadores e polêmica em um das comissões. Para aprovar a medida sem alterações, o governo sinalizou uma MP para rever alguns pontos. A nova legislação altera diversos pontos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e traz prejuízos sérios aos trabalhadores.